



ACÓRDÃO Nº368/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12492/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria – SEMDEC.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar - OAB/AM 5933.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 880/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E OUVIDORIA - SEMDEC. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria – SEMDEC, exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo**, Secretário Municipal, conforme o art. 22, II c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/1996, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), fundamentada no art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 204/2020 e no art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por impropriedades identificadas e não sanadas, descritas nos itens 14-18, supra. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento



ACÓRDÃO Nº368/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria – SEMDEC que sempre que locar ou prorrogar a locação de imóvel que apresente documentos que demonstrem o cumprimento dos seguintes requisitos:

10.3.1. Necessidade de imóvel para o desempenho das atividades administrativas;

10.3.2. Adequação de um imóvel específico para a satisfação das necessidades da Administração; e

10.3.3. Compatibilidade do preço exigido com aquele vigente no mercado;

10.4. Notificar o **Sr. Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo** com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido Recurso.

11- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Abril de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral